



ATA n.º 040/2017

Ata da quadragésima sessão ordinária, 14.^a Legislatura, da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada no dia quatro de dezembro de dois mil e dezessete, às dezessete horas e trinta minutos, presentes todos os vereadores. Iniciado o **EXPEDIENTE** foi lida a ata da sessão do dia vinte e sete de novembro, aprovada sem ressalvas. Após, foram lidos os Projetos de Leis do Legislativo de n.º 013/2017 propondo a denominação da Unidade de Saúde da localidade de Santa Rita de "Saimon Josué Fritz", proposto pelo Vereador Nelso de Andrade; n.º 014/2017 propondo declaração de utilidade pública para a Associação Nossa Senhora da Conceição Aparecida, do Vereador Laurici, e do Projeto de Resolução da Mesa Diretora n.º 01/2017 regulamentando a progressão funcional dos servidores do Legislativo, em atendimento à Lei Municipal n.º 865/2017, encaminhado para as Comissões Permanentes e Assessorias. Foi lido ainda para conhecimento dos pares o Ofício n.º 370/2017 do Executivo repassando informações à casa sobre a Recomendação Administrativa do Ministério Público emitida pelo Promotora de Justiça da Comarca, Doutora Gabriela Cunha Melo Prados determinando que o município procedesse a devida fiscalização pertinente à loteamentos irregulares para adequá-los às exigências normativas cabíveis, especificamente em relação a um loteamento no final da Rua Duque de Caxias em frente ao Núcleo Bela Vista, e assim como os demais que por ventura estivessem irregulares, e determinado que dentro de trinta dias o município informasse quais os procedimentos estava adotando no que se refere à fiscalização dos loteamentos irregulares, sob pena de responsabilização da administração municipal; o Comunicado do Parigot de Souza em relação à obra de reforma que seria executada nessa colégio, comentada em sessão dessa casa, enviando também cópia da planilha da obra para conhecimento dos senhores vereadores, e encerrando o Expediente solicitou a leitura do Ofício do Ministério Público n.º 1003/2017, também da Promotora doutora Gabriela Cunha Mello Prados informando a denuncia feita pela senhora Francisca C. S. Scleder em relação ao Posto de Saúde Central e pedindo confirmações do Legislativo sobre o exposto no ofício e também cópia de laudo técnico apontando irregularidades na obra, entre outras informações. Na **TRIBUNA** o Vereador **DIMAS** comentou que na semana anterior esteve junto com o Vereador Bello na Assembléia Legislativa onde conseguiram algumas coisas para o município entre elas um aparelho de Raio-X, que já estava disponibilizado para o Pronto Atendimento, além de um aparelho de ultrassom que ainda não estava disponibilizado, mas foram bem recebidos por vários deputados e tinha muita coisa boa a acontecer para o município e assim ficava muito feliz pelos trabalhos que vinham realizando. A Vereadora **SANDRA DANIEL** compartilhou com os pares o grande reconhecimento que o município teve na última semana durante o Terceiro Seminário Estadual do Programa Família Paranaense, ocasião em que o município foi reconhecido através de uma prática que o vinha desenvolvendo com os agricultores dentro do Programa Família Paranaense, e neste Seminário tiveram a oportunidade de ver o município tendo bastante visibilidade e o ápice do Seminário foi essa boa



Câmara Municipal de Inácio Martins

184

CNPJ 77.778.827/0001-55

prática e mais importante que isso foi poder levar o nome do município não só no âmbito do estado, mas também para outros estados e até internacionalmente pois na ocasião estava presente a Secretária Estadual do Mato Grosso fazendo a divulgação de uma prática que faziam naquele estado e também teve um palestrante do Chile e uma palestrante de Portugal que também compartilharam experiências desses países, levando para outros países as experiências aqui do Brasil. Lembrou que como tinha falado na sessão passada tínhamos o hábito de não falar das coisas boas do município se inferiorizando muito ao se comparar com outros municípios vizinhos, e nessa ocasião conseguiram levar o nome do município pois muita gente não conhecia nem sabia onde ficava Inácio Martins e com pequenas ações que se desenvolviam aqui se comesçassem a divulgar mudaria a cara e principalmente a forma como as pessoas viam o município; pequenas ações como por exemplo uma parceria que nessa semana o prefeito estaria assinando com o Instituto Gerar que iria capacitar e proporcionar o acesso ao primeiro emprego para jovens entre dezessete e vinte e quatro anos, coisa que não sabiam que poderia fazer mas o município estaria assinando esse convênio, divulgando isso e já conseguindo fazer com que esses jovens tivessem acesso ao primeiro emprego, então existiam situações que o município precisava conhecer, divulgar e principalmente dar visibilidade para isso na região. Parabenizou toda a equipe do CRAS na pessoa da coordenadora Hanna Helena Lucavei Gechele; da Assistente Social Jackeline Chemin Beraldo; também o senhor Osvaldir, representante da EMATER, pois nesse processo tinha sido coadjuvante, mas as pessoas citadas tinham sido os protagonistas. Manifestou para que ficasse registrado o seu repúdio e sua indignação à conduta e às atitudes do senhor Antonio Carlos Rodrigues, presidente nacional de seu partido, o "Partido da Republica - PR" dizendo ter a certeza de que essa frustração também era compartilhada por seu companheiro de partido Vereador Sidon, condutas que de seu ponto de vista eram inadmissíveis para um líder de um partido tão grande como era o "PR", porque uma pessoa, líder de um partido receber pagamento indevido e se esconder em um imóvel público era vergonhoso e nesse dia estava envergonhada por fazer parte desse partido e ainda bem que essa não era uma conduta generalizada mas mesmo assim lhe deixava envergonhada e pensavam que enquanto jovens políticos como eram tinham o desafio e principalmente a obrigação de mudar a cara da política e se conseguissem fazer isso, gradativamente a população voltaria a confiar nos políticos e o que via no momento era uma total descrença quanto aos políticos. O Vereador **BELLO** complementou a fala em relação à visita que fizeram à Assembléia Legislativa onde esteve com seu Deputado, Mauro Moraes, e o Vereador Dimas com o Deputado Hussein Bakri, confirmando a liberação de um aparelho de Raio-X, e falou que também que estava tentando uma viatura para a Policia Civil que estava confirmada, mas dependia de um convênio da Policia Civil de Ponta Grossa com o município para o qual estavam aguardando o envio já tendo conversado com a funcionária da prefeitura Taís, e estava no aguardo do envio desse documento para que ficasse sob a responsabilidade do município onde o agente municipal que trabalhava na Polícia Civil pudesse utilizar, caso contrário não viria essa viatura e então iria para Irati, mas não tinha como conseguir recursos através de um deputado para ser usufruído



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

naquele município quando precisava aqui; tinha a necessidade dessa viatura e estavam no aguardo da Polícia Civil para que fosse feito esse convênio senão o município perderia essa viatura, e a notícia boa era que o município não perderia a delegacia de polícia civil onde o Vereador Dimas tinha testemunhado que o deputado e o Superintendente da Polícia Civil tinham confirmado que o serviço permaneceria no município. Falou em relação ao ponto de ônibus que tinha solicitado na Vila Nova lembrando que tinha feito cobranças meio duras, mas tinha sido construído e agradecia ao Ismael César que esteve na sessão na segunda-feira anterior onde conversaram de que era de suma importância aquele ponto de ônibus. Em aparte o Vereador Nelso lembrou que no dia em que o orador tinha reclamado sobre esse ponto de ônibus não teria citado o nome do funcionário ao qual fazia as reclamações e recebeu a informação do orador de que preferia não citar nomes, mas nesse caso era o Chefe de Obras, Mário Ciona, mas o serviço já estava concluído, o pessoal da comunidade tinha ficado satisfeito e agradecia primeiramente ao Ismael e também ao prefeito que tinha autorizado na sua frente a fazer o serviço, mas por motivos alheios o chefe do setor não teria feito. O Vereador Laurici também pediu aparte pedindo para ficar claro que esse ponto seria no local conhecido como Loteamento do Neguinho, mas também existia uma cobrança para a qual pediu o apoio do Vereador Bello por ser da base do prefeito, que já tinha cobrado na gestão passada e não tinha sido atendido, para que também fosse construído um ponto em frente à escola Pedro Molinari, no mesmo bairro e o orador respondeu que já tinha recebido um pedido pelo facebook para esse ponto e encaminharia o pedido ao prefeito. O Vereador Sidon lembrou que tinha feito o mesmo pedido, pedindo desculpas, pois teria sido o primeiro a fazer essa Indicação, mas de qualquer maneira contribuiu para o que o serviço fosse executado explicando que tinha recebido esse pedido por parentes e também por pessoas que tinham lhe apoiado, e tinha a obrigação de ver aquela obra ser feita. O orador falou que conversava com outros vereadores de que gostava de fazer postagens no facebook e tinha gente que criticava dizendo que publicava por poucas coisas, mas nesse caso não era pouca coisa, pois seriam crianças que utilizariam. Sobre o ofício encaminhado pela direção do Colégio Parigot disse ter sido quem comentou sobre o valor da reforma do telhado do colégio falando que tinham coisas que eram assustadoras de se ver e agora estudaria bem o que tinha enviado, pois tinha comentado que a direção havia lhe repassado que a primeira reforma seria cento e noventa mil depois foi para oitocentos mil reais, e vindo de um governo que estava sendo processado e ainda estava tudo quieto por ser um governador tucano e existiam denúncias de tucanos tipo Aécio Neves, o mais denunciado, por isso por enquanto estava quieto, mas esse governo tinha desviado trinta milhões de reais de construções de escolas e acreditava-se que esse dinheiro teria sido desviado para sua campanha à reeleição, então com esse aumento ficava preocupado. Falou que não estava criticando o diretor do colégio, pois sabia que fazia um excelente trabalho e era um professor digno que todos os alunos gostavam, e jamais viria aqui para falar algo que desmoralizasse a sua gestão, só que, os valores foram diferenciados muito alto, por isso fez o comentário na sessão anterior e ficava grato por ter apresentado a planilha da obra que poderia estudar melhor. Como vereador e representante da comunidade desejou que se concluísse essa obra,



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

pois sempre queria o melhor para a cidade e jamais tentar denegrir a imagem de um diretor ou qualquer pessoa que fosse, enfatizando que tinha um pé atrás com o governador sobre o qual existiam várias denúncias e um valor como esse lhe assustou. O Vereador **GILNELSON** trouxe o assunto para a Tribuna para que começassem trazer mais às claras o que estava acontecendo expondo sobre o ofício da Promotoria se posicionando sobre os loteamentos irregulares, que na verdade teria demorado para acontecer aqui essa cobrança, dizendo que todos os prefeitos dos últimos doze à dezesseis anos estavam com problemas com a promotoria em função da falta de ação do município na cobrança da regularização dessas áreas o que via com muita preocupação porque essa cobrança por parte da Promotoria tinha nascido de uma denúncia, até onde sabia anônima, feita para a Promotora quanto ao loteamento citado, que ficava no final da Rua Duque de Caxias junto ao Núcleo Bela Vista, se não estivesse enganado sendo do senhor Theddy Lucavei, e o que lhe preocupava era o desencadeamento disso. Falou que a partir do momento que o Ministério Público tinha tomado conhecimento dessa situação iria responsabilizar criminalmente todos os proprietários de loteamentos irregulares de Inácio Martins e os prefeitos também iriam responder, então a situação era muito grave, percebia uma certa tranquilidade por parte do pessoal que havia construído desde o início de Inácio onde existia uma estatística de que quase setenta por cento dos imóveis não tinha matrícula e isso de certa forma era horrível até para o desenvolvimento do município, porque se a pessoa não tivesse matrícula de não poderia nem financiar uma casa junto aos bancos e assim achava que estavam iniciando uma outra etapa e como vereadores iriam receber muitas reclamações das pessoas que já haviam comprado seus imóveis e viriam reclamar porque a prefeitura não poderia dar o mesmo tratamento que dava antes do conhecimento da Promotora, sendo uma nova fase pois tanto a gestão atual, sua sucessora ou as próximas gestões estavam com um problema muito grande nas mãos para resolver e a única forma de resolver seria agindo dentro da lei. Comentou que a lei dizia que para construir um loteamento todo proprietário de imóvel deveria tomar todas as medidas de infra estrutura antes de vender, inclusive a questão documental, pois o imóvel precisa ter matrícula e toda uma sequência de documentação para que o comprado tivesse apenas o trabalho de registrar esse imóvel e construir em cima do imóvel que havia comprado, repetindo que a partir daqui viveriam uma outra fase por isso precisariam tomar muito cuidado pois receberiam muitas queixas de proprietários de imóveis que queriam água ou luz e não poderiam fazer quase nada. Na **ORDEM DO DIA** constou em segundo turno de votação os projetos de leis do executivo de números 019/2017, Plano Plurianual, e 020/2017, Lei Orçamentária, ambos aprovados com todos os votos favoráveis passando a constar como Leis n.º 878/2017 - "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018/2021" e Lei n.º 879/2017 - "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Inácio Martins, para o exercício Financeiro de 2018". Do Legislativo constaram os projetos números 08/2017 alterando a Lei Orgânica Municipal para prever o pagamento de décimo terceiro subsídio, aprovado com todos os votos passando a constar como Lei n.º 880/2017, Emenda à Lei Orgânica n.º 03/2017 - "Altera os parágrafos 1.º e 3.º do Artigo 19, e o parágrafo 3.º do Artigo 86, da Lei Orgânica Municipal". Também do



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

Legislativo o projeto n.º 09/2017 foi aprovado recebendo o voto contrario do Vereador Laurici e passou a constar como Lei n.º **881/2017** – “Fixa o décimo terceiro subsídio e o abono de férias aos agentes políticos para a legislatura de 1.º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020”. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **JORGE BOEIRA** falou que ao ver e ouvir o Vereador Gil falar sobre loteamentos clandestinos no município já tinha se deparado com esta situação no loteamento Cardoso onde tentou regularizar foram quatro anos de luta; contratou um técnico para fazer as medições e separações dos lotes e depois de tudo pronto esbarrou na prefeitura por incompetência do município mesmo e aí começaram a cobrar o IPTU então o município deveria ser responsabilizado mesmo, pois diziam que o loteamento estava tudo correto e na hora que tentaram fazer, o dono do loteamento bancando o espertalhão foi lá e vendeu mais dois lotes que eram do município e o município invés de entrar com uma ação e intimar o dono do loteamento prejudicou todos os moradores de quarenta e quatro famílias. Contou que havia conversado com a funcionária Tais várias vezes, tentaram de todas as formas e até o momento nada tinha acontecido, mas podia ser que agora com o Ministério Público entrando alguém tomasse as providências porque se continuasse assim em Inácio Martins noventa por cento dos loteamentos era irregular e não porque as pessoas queriam, mas sim porque o município, a prefeitura, não dava apoio e nem suporte para resolver esta situação e o gestor devia ser penalizado mesmo independente de quem fosse ou tivesse passado pela administração, para que viesse a cumprir com o seu dever de atender as pessoas. Explicou que naquele caso depois de tudo pronto, com as taxas pagas, o município calçou, e naquele caso o loteamento tinha a documentação tudo certa, apenas que o dono do loteamento teria vendido os lotes do município, mas os proprietários não tinham nada a ver com isso, e depois doou outros dois lotes para o município onde era necessário fazer usucapião, mas se o município cobrava o IPTU é porque tinha ciência que existia um loteamento por isso ficava indignado com o município; se era problema com funcionários ou por causa de política, mas não tinha feito isso por política e sim para ajudar aquela comunidade a resolver uma situação e não com interesse político. Parabenizou o Vereador Bello e Sidon por terem sido atendidos com o ponto de ônibus dizendo que em muitas das vezes faziam as indicações e não eram atendidos, mas quando eram atendidos era bom, pois era o povo quem era atendido. Falou ainda que existiam secretários municipais e chefes de departamento que em muitas vezes pensavam que ao atender um vereador estaria atendendo politicamente, mas não era isso, a população fazia cobranças para cima dos vereadores para ter benefício e tinha secretários e chefes que só faziam com interesse político e assim esses cargos não deveriam ser políticos e sim de pessoas que não tivessem mínimas intenções políticas para atender o povo mesmo, acrescentando que nem todos os secretários faziam isso, mas a poucos dias tinha vivido uma situação com um secretário para o qual tinha pedido para resolver uma situação conversando com o mesmo aqui na casa e a partir daí nem atendia suas ligações e seus contatos; não resolveu a situação que continuou do mesmo jeito e as pessoas tiveram de contratar uma máquina particular para resolver, sem falar que as máquinas do município estavam na comunidade, mas estava tudo bem e assim iam levando. A Vereadora



SANDRA falou sobre as eleições para direção nas escolas municipais ocorridas na última semana desejando os parabéns à professoras Nilza do Rocio Busquette de Oliveira, eleita diretora na Escola Maria Turra e a Suzane Maria de Lima na escola Pedro Molinari e Josiane Aparecida Matoso Machado no CMEI; sobre a escola Luiz Scheleder comentou que, como ninguém concorreu à eleição, o prefeito deveria indicar uma diretora para os próximos noventa dias até acontecer nova eleição; desejou às diretoras êxito nessa nova empreitada colocando-se à disposição para o que precisassem; pois tinha a certeza que junto aos demais pares estariam aqui para auxiliar, já que também tinham o dever de mudar a cara da educação no município. O Vereador **NELSO** comentou a decisão do MP dizendo que tinha chegado muito tarde e isso já deveria ter acontecido há uns quatro mandatos atrás, uma normativa que prefeitos ficassem impedidos de colocar equipamentos públicos a em loteamentos clandestinos e assim já teria sido resolvida a situação do município; não teria sido onerado o cofre público com loteamentos irregulares; mas infelizmente como o Vereador Gilnelson tinha falado, há muitos anos isso acontecia, podia ser que agora o Legislativo tinha que trabalhar em conjunto dando explicações para a população do que poderia acontecer se o município continuasse estendendo a mão a esses loteamentos irregulares, que os responsáveis pelas vendas desses loteamentos irregulares também fossem citados pelo Ministério Público e respondessem, por que estavam enganando o povo vendendo “de boca” ou talvez com um recibo, dizendo que um lote seria “mais ou menos aqui”; que as pessoas que faziam essa medição, muitos com noção de como deveria ser um alinhamento de rua, mas para o dono dos lotes as vezes era muito mais viável aumentar o número de lotes fazendo tudo fora do padrão, e infelizmente quem pagava era o povo. Disse que a decisão do Ministério Público tinha vindo em boa hora, e esperava que daqui para frente as pessoas que fossem comprar lotes fossem mais bem orientadas, e também as pessoa que vendiam lotes chegassem ao Ministério Público esclarecer por que venderam de forma à toa. Quanto ao recurso para a reforma do CEPS falou que era uma boa quantia e daria para fazer tudo o necessário e quanto à luta que estavam desde 2014 disse que estavam apenas no começo, pois a partir do pregão eletrônico teriam uma empresa para fazer a obra e como já tinha estado à frente do executivo sabia que lidar com essas empresas não era fácil, mas esperava que a obra saísse e resolvesse o problema, parabenizando pelo empenho como diretor. O Vereador **LAURICI** também falou em relação à obra do CEPS dizendo que como estava exposto no ofício do diretor já vinha com a planilha e não tinha como alterar, pedindo ao diretor que deixasse uma cópia da planilha para que pudessem acompanhar mais de perto, mas o valor era alto, mas a escola era bastante ampla; sabiam que era um valor considerável a ser investido ali e com certeza se houvesse sobras seria devolvido aos cofres públicos, e nesse caso poderia ser que houvesse essa sobra também. Quanto à fala da Vereadora Sandra sobre a questão partidária disse que como estavam na política passavam por essas coisas no dia a dia e principalmente os vereadores não tinham o poder de coibir certas coisas, mas não podiam baixar a cabeça, pois seus partidos muitas vezes tinham pessoas de todos os níveis e de toda intenção. Disse que a vereadora em hipótese alguma deveria se sentir envergonhada de seu partido político, porque o que



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55



vália era a sua intenção, assim como já ouvia muitas críticas por estar no PSDB, mas diria que as pessoas ao criticar um partido poderiam até criticar, mas o que valia era a pessoa e as suas intenções enquanto políticos e não poderiam abandonar a política porque se os bem intencionados abandonassem a política estariam entregando o município, o estado e o país às pessoas mal intencionadas. Nesse momento se referiu ao ex-vereador Osvaldir, presente na sessão, que enquanto vereador defendia as coisas boas para o município, mas o partido do qual fazia parte há muito tempo era criticado por todos, mas o partido era uma sigla à qual deviam estar filiados para poderem participar dos pleitos eletivos e não podiam em hipótese alguma sentir vergonha de estarem filiados a esses partidos porque as pessoas que lhes conheciam sabiam de suas índoles. Fez suas as palavras da Vereadora Sandra com relação a eleição nas escolas municipais e parabenizou principalmente a professora Suzana, eleita na escola Pedro Molinari, pelo fato de ser a escola inserida no bairro onde morava e também onde sua filha estudava, parabenizando também as demais eleitas como diretoras. O Vereador **GILBERTO BELLO** falou em relação à determinação do Ministério Público sobre os loteamentos irregulares contando que estava elaborando um projeto para denominar ruas exatamente neste loteamento. Discordou da fala do Vereador Nelso quanto à regulamentação dos lotes lembrando que morava no município há mais de vinte anos e nesse tempo teve um governo federal que construiu mais de seis milhões de casas e não via aqui no município uma política de habitação. Lembrou que no final da década de noventa e início de dois mil houve uma invasão de pessoas vindas do interior do município após o fechamento de empresas como a Madeirit, Justus e Pinheira e se não fosse loteamentos irregulares como na Vila Borges, Vila Javaski e Loteamento Cardoso essas pessoas não teriam onde construir suas casas e no caso desse loteamento faria falta para o município, pois eram cinquenta e oito lotes que seriam colocados a disposição das pessoas. Falou que ficava triste com a decisão, pois era muito fácil a Promotora mandar um papel desses porque foram construídas casas populares no mesmo terreno desse loteamento e nesse o proprietário senhor Theddy Lucavei, estava terminando o usucapião, iria regularizar e sairia o loteamento, mas a falta de política de habitação no município dificultava para as pessoas ter uma moradia, então, se não fossem os lotes irregulares não sabia onde esse povo estaria e concordava que as coisas tinham que ser dentro da lei mas o município tinha outra realidade e dificilmente as pessoas conseguiriam fazer loteamentos conforme era necessário. Contou da presença na semana anterior na Escola Indígena Arandu Miri junto com os Vereadores Dimas, Laurici e Nelsinho e o prefeito acompanharam a entrega de recursos do Programa Escola 1000 de aproximadamente cem mil reais para reformas e disse ter ficado muito feliz, pois conhecia a aldeia, mas ainda não conhecia a escola e não sabia que lá tinha uma escola tão bonita com bastante organização e segundo o diretor repassou esse dinheiro seria bem investido lá. Registrou o falecimento do senhor Divonzir Oliveira deixando os pêsames à família. O Vereador **SIDON VIEIRA** também deixou sua indignação com a atitude do presidente nacional de seu partido, dizendo que políticos lá de cima em vez de darem exemplo fazem muita coisa errada por isso ficavam indignados com certas situações e



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55



pensavam até onde valia a pena estar envolvido com política, pois pessoas que prezavam pelas coisas certas não admitiam esse tipo de coisa mas deviam tocar em frente e pedir que iluminasse a cabeça dos eleitores para que nas próximas eleições fizessem uma vassourada porque deviam ser trocados muitos políticos. Em relação aos secretários municipais, comentado pelo Vereador Jorge, os quais tinham a máquina nas mãos, disse que na maioria das vezes os vereadores eram prejudicados por que direcionavam muito os trabalhos e infelizmente o que pediam ficava a desejar e isso era uma coisa que precisavam conversar e entrarem num consenso para que as coisas andassem bem para todos, pois também não pensava politicamente e sim no bem do povo, e estando aqui como representante do povo precisava dar respostas e enquanto estivessem aqui precisavam mostrar algum trabalho também, sempre pensava assim e iria continuar pensando dessa forma. Também comentou o falecimento do senhor Divonzir que tinha sido funcionário do município e contribuído com seu trabalho pedindo a Deus que desse conforto á família. Em relação a situação dos loteamentos disse que como vereadores deviam estudar alguma forma de ajudar porque a regularização fundiária, tanto urbana quanto rural, já vinha falando mesmo antes e ser vereador que deveria partir da prefeitura, pois sabia os gastos que teria e na maioria das vezes as pessoas não tinham condições por isso achava que deveria ter uma parceria para se resolver esta situação. Encerrando a Explicação Pessoal o Vereador **GILNELSON** falou que a situação com a promotoria em relação aos lotes estava apenas começando e disse ao Vereador Bello que também entendia que naquela época foi muita gente chegando à cidade e não ia se conseguir regularizar tudo uma vez só, mas no momenta promotora estava com a lei nas mãos e caso não fosse cumprida na hora que chegasse em suas mãos não ia querer saber se tinha uma população carente ou não, e infelizmente se cometessem algum deslize nesse sentido a administração do município é quem responderia. Esclareceu ao Vereador Jorge que o que a promotora queria era exatamente isso, coibir o município de interferir na besteira que donos de loteamento fizeram de vender lotes sem documento, então jamais algum funcionário do município ou a assessoria jurídica colocaria sua caneta em cima para regularizar imóveis que estivessem irregular, pois quem fizesse isso e que teria de prestar contas à promotoria e arcar com o financeiro inclusive, assim nenhum funcionário em sã consciência iria dizer que estava tudo certo se não estivesse, somente para ajudar alguém, sendo exatamente isso que o MP queria, que se cumprisse a lei e quem fosse abrir um loteamento que fizesse dentro da lei, entendendo que podia ser excesso de zelo pois também tinha pena de muitas pessoas que precisavam regularizar a situação mas não conseguiam e aqui sabiam como era, mas as pessoas que não conheciam a realidade do município queriam que fosse cumprida a lei. Com relação à obra do Parigot de Souza disse que a mesma ainda não havia sido licitada e com certeza o valor de planilha baixaria e em cima desse valor teria em torno de trinta a trinta e cinco por cento de imposto e deveria cair para um valor liquido de menos da metade do que foi licitado, falando isso para esclarecer mais sobre o valor da obra. O presidente compartilhou a idéia do Vereador Nelso e disse que lhe estranhava o Vereador Bello estar defendendo algo que estivesse errado, pois a partir do memento que se



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

começava algo errado a tendência era terminar errado e comentou ainda que a legislação municipal, no caso o Código Tributário previa o tamanho mínimo de lotes, de duzentos e vinte metros quadrados, e algumas pessoas desmembravam um pedaço desse lote e revendiam questionando onde caberia uma casa em um imóvel desse tamanho por isso achava justo o Ministério Público estar interferindo nisso, pois era uma forma até de o município se espertar um pouco e o Ministério Público estava de olho na administração pública de todas as formas, tanto no executivo quanto no legislativo e enfim, em todos que estavam envolvidos diretamente na política, e entendia que era complicado pra uma pessoa que não tivesse condições maiores pra comprar um imóvel já legalizado, mas infelizmente se não acertasse isso mais tarde a tendência era só piorar. Explicou que os proprietários de lotes já estavam sendo notificados, inclusive alguns autuados pelo IAP, pois um loteamento dependia também de liberação e no ofício constavam nomes por isso não leram por completo. Falou que esteve nesse dia na prefeitura conversando com a funcionária Taís em relação à obra da quadra de areia que tinha parado e como era uma emenda do Deputado Leopoldo Meyer foi buscar informações e ficou sabendo que teve problemas com a Caixa Econômica, que já estavam solucionados e a previsão era que dentro de setenta dias estivesse terminada aquela obra. Sendo o que havia para esta sessão declarou a mesma encerrada e convocou nova sessão ordinária para o dia onze de dezembro, novamente às dezessete horas e trinta minutos, ficando lavrada a presente Ata, que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.

Neto Antônio
Laurício

Leopoldo Meyer

Silvino
Antonio

Silvino
Antonio